
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

RAFAELA MARCHESIN MARTINS

**A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SUAS
RELAÇÕES COM A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

RAFAELA MARCHESIN MARTINS

A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Raquel Fontes Borghi

Rio Claro - SP
2023

M386p	Martins, Rafaela Marchesin A privatização da educação e suas relações com a qualidade na educação básica / Rafaela Marchesin Martins. -- Rio Claro, 2023 40 p. : tabs. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro Orientadora: Raquel Fontes Borghi 1. Privatização. 2. Educação básica. 3. Qualidade. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RAFAELA MARCHESIN MARTINS

A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

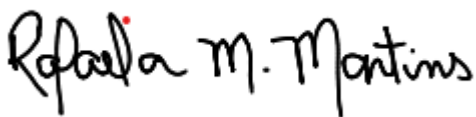
BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Raquel Fontes Borghi

Prof. Dr. Regiane Helena Bertagna

Prof. Dr. Áurea de Carvalho Costa

Aprovado em: 7 de novembro de 2023



Assinatura do discente

Raquel Fontes
Borghi:251188
00838

Assinado de forma digital
por Raquel Fontes
Borghi:25118800838
Dados: 2023.11.22
19:26:13 -03'00'

Assinatura do(a) orientador(a)

RESUMO

O acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, direito garantido a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal, tem sido colocado em xeque a partir das políticas públicas movimentadas pelo Estado Neoliberal, que buscam atender aos interesses do mercado privado. A pesquisa em questão buscou analisar como as publicações científicas nos últimos doze anos têm abordado a questão da qualidade da educação básica e como ela tem sido afetada pela privatização, seja ela por meios endógenos ou exógenos, conforme descrito por Ball (2007). Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos científicos disponíveis na plataforma de periódicos da CAPES, publicados entre 2010 e 2022, no idioma português e que abordavam o tema da privatização e qualidade da educação. Os resultados da pesquisa apontam que o atual momento da política educacional brasileira, pautada na ideologia neoliberal, favorece os processos de privatização na educação e acabam por prejudicar o acesso da população a uma educação pública de qualidade.

Palavras-chave: privatização; educação; qualidade; educação básica.

ABSTRACT

The access to public, free, and quality education, a right guaranteed to all Brazilian citizens by the Federal Constitution, has been put in risk by public policies driven by the Neoliberal State, which aims to cater to the interests of the private market. The research in question sought to analyze how scientific publications in the last twelve years have addressed the issue of the quality of basic education and how it has been affected by privatization, whether through endogenous or exogenous means, as described by Ball (2007). To this end, a bibliographic survey of scientific articles available on the CAPES journals platform, published between 2010 and 2022, in the Portuguese language and addressing the theme of privatization and education quality, was conducted. The research results indicate that the current moment in Brazilian educational policy, based on neoliberal ideology, favors privatization processes in education and ends up harming the population's access to quality public education.

Keywords: privatization; education; quality; basic education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação entre os periódicos e a quantidade de artigos...	14
Tabela 2 – Etapa da educação a que se referem os artigos	15
Tabela 3 – Classificação QUALIS dos Periódicos (2017-2020).	17
Tabela 4 – Local de Publicação do Artigos...	18
Tabela 5 – Local de Realização da Pesquisa	20
Tabela 6 – Temáticas presentes nos artigos...	22

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAQi - Custo Aluno Qualidade Inicial

CEI - Centro de Educação Infantil

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONEPE -o Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino

GREPPE - Grupo de Estudo

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PNE - Plano Nacional de Educação

PQE - Projeto Qualidade do Ensino

TCMSP - Tribunal de Contas do Município de São Paulo

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
2.LEVANTAMENTO DE ARTIGOS DISPONÍVEIS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES.....	13
3.RESULTADOS DAS ANÁLISES.....	26
3.1 A concepção de qualidade gerencial neoliberal.....	26
3.2 As implicações da privatização para a qualidade das escolas públicas	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

A realidade educacional percebida hoje no Brasil é pautada pela concepção neoliberal dos fins educacionais, em que o conceito de qualidade está intrinsecamente ligado à obtenção de resultados, aprovações, contratações ou premiações, seguindo os padrões estabelecidos pelo mercado capitalista. Esse modelo de educação, amplamente criticado por diversos autores (FreiRe, 1987; Freitas, 2018; Bertagna 2020), coloca o estudante como receptor do conteúdo programático pré- estabelecido. O professor, ou educador, é transmissor do conhecimento e detentor de todos os mecanismos para tal, o que Freire (1987) chamou de educação bancária. Sendo assim, o educando forma-se passivo, alienado e reprodutor de um processo opressor de educação.

De acordo com a produção de Gentili e Silva (1995), o projeto de governo neoliberal brasileiro tem influência de uma tendência global que surge nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, sobretudo na segunda metade do século XX, e ganha força com o fim do período da Ditadura Militar. Esses governos, com premissas essencialmente neoconservadoras, são pautados na dita eficiência e produtividade, do setor privado em detrimento da suposta ineficiência da gerência pública. No caso da educação, especialmente, a culpa pela ineficiência e do fracasso escolar é atribuída aos professores e gestores, que propõem métodos e currículos inadequados, não condizentes com a realidade do mercado.

Sendo assim, a solução apresentada é pautada na lógica mercantil, onde o produto final representa a qualidade do que é produzido, buscando sempre a eficiência e a produtividade, o que torna o ambiente educacional cada vez mais competitivo e meritocrático. Para obter os resultados necessários, às redes de ensino tanto públicas quanto privadas têm adaptado seus currículos, não só os da educação básica, mas também dos cursos de formação de professores, para que a escola se torne uma academia de “produção de respondedores de testes, para passar no vestibular ou para responder às “avaliações” externas em que só os conhecimentos são contemplados” (Paro, 2010, p. 773), além de atender às demandas do mercado capitalista que busca mão de obra mais barata. O ensino pautado na emancipação do estudante, na formação de seu pensamento crítico e reflexivo, de sua capacidade de

argumentação e de sua busca por direitos, ou seja, a educação para a democracia (Paro, 2000) são deixados de lado.

Conforme aponta Arendt (2016), a educação nos moldes capitalistas caminha para um único fim: formar o cidadão para o mercado de trabalho:

Na nossa civilização, esse momento final coincide, na maior parte dos casos, com a aquisição de um primeiro diploma de grau superior (mais do que com um diploma de fim dos estudos secundários), uma vez que a preparação para a vida profissional nas universidades e institutos técnicos, ainda que tendo a ver com a educação, é, no entanto, uma espécie de especialização. Enquanto tal, ela não aspira já a introduzir o jovem no mundo como um todo, mas apenas num setor particular e limitado do mundo. (p. 253)

A privatização, seja ela por meios endógenos ou exógenos, tem trazido diversas consequências para a educação, conforme já citado, e, inclusive, conforme aponta Ball (2007), influência na qualidade do ensino ofertado, uma vez que a visão neoliberal do que é um ensino de qualidade é intrinsecamente ligado à noção de quantidade: de matrículas, de aprovações e de resultados. As formas pelas quais o mercado privado invade a educação pública são diversas, podendo estas serem mais diretas, com a privatização de uma instituição, ou mais sutis, por meio da inserção de métodos, modelos de gestão ou de materiais que são característicos do setor privado. Ball (2007) elenca dois tipos de privatizações que podem ocorrer: as endógenas, que são “importações de ideias, métodos e práticas do setor privado a fim de tornar o setor público cada vez mais como uma empresa e cada vez mais comercial” (p. 9 e 10) e as exógenas, que são aquelas que “implicam a abertura dos serviços públicos de educação à participação do setor privado” (p. 9).

A questão da qualidade educacional brasileira num primeiro momento tratava-se do acesso à escola. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), o Estado deve garantir o acesso à educação pública a todas as crianças dos 4 aos 17 anos e, conforme Paro (2012, p. 58), a questão da quantidade no Brasil encontrou sua solução, uma vez que a escola, especialmente o ensino fundamental, é garantido a todos na faixa etária determinada. Com a universalização da educação básica e o consequente acesso por camadas da população que antes ficavam à margem desse direito, o problema da qualidade passou a ser qualitativo e não mais quantitativo, colocando o foco nos resultados, ou seja, “conseguir o máximo resultado com o mínimo custo” (Gentili; Silva, 1995, p.98).

No caso brasileiro, o problema qualitativo da educação passou a ser analisado através das avaliações em larga escala, que dariam conta de medir a capacidade cognitiva dos estudantes e, conseqüentemente, a qualidade do ensino. Dessa forma, desde as reformas que se iniciaram nos anos 1990, o Estado brasileiro tem utilizado as avaliações para aferir a qualidade da educação em todo o país, e dessa forma, distribuir os recursos conforme os resultados obtidos, por meio das premiações e bonificações oferecidas, fazendo com que a escola, especialmente a pública, funcione da mesma forma que uma empresa privada.

A partir do exposto, esta pesquisa se propõe a verificar como as políticas públicas de privatização da educação básica se relacionam com a qualidade do ensino ofertado, uma vez que, segundo Borghi (2018, p. 28), “ante o estabelecimento privado o indivíduo não concorre como cidadão que exerce seu direito, mas como parte contratante, em uma relação própria do contrato de mercado.” Faz-se necessário analisar, ainda, a qualidade da educação indo além dos resultados das avaliações externas, que não refletem concretamente a realidade da educação no país, ainda que os indicadores possam subir ao longo dos anos. Segundo Souza,

além da tendência a reduzir a noção de qualidade ao desempenho de alunos em testes, a avaliação em larga escala passou a se constituir em um instrumento de controle do trabalho escolar e de fortalecimento da meritocracia, noção que historicamente, de modo dominante, está subjacente ao trabalho escolar. (2014, p. 413).

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa uma vez que, segundo Minayo (2009, p. 21), “ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Os dados utilizados na pesquisa foram coletados através de um levantamento bibliográfico, a partir de artigos científicos consultados de forma online no portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no idioma Português e publicados entre 2010 e 2022. Foram selecionados 21 artigos, encontrados com os descritores “privatização”, “educação” e “qualidade”, após a leitura dos resumos e seleção a partir da afinidade com a proposta da pesquisa.

O presente trabalho está dividido em dois capítulos, sendo o primeiro a demonstração dos dados obtidos através de tabelas e gráficos, que demonstram como a temática principal está presente dentro da plataforma de periódicos da CAPES e como os artigos se distribuem ao longo dos anos. O segundo capítulo trata-se da

análise dos dados obtidos a partir da leitura dos artigos, que foram subdivididos em duas categorias: a concepção de qualidade gerencial/neoliberal e a relação entre a privatização e a qualidade da educação básica. Por fim, nas considerações finais, foram relacionados os dados obtidos com a leitura dos artigos e a elaboração das tabelas e dos quadros, a fim de entender quais as relações foram estabelecidas entre a privatização e a qualidade da educação básica.

2. LEVANTAMENTO DE ARTIGOS DISPONÍVEIS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

A fim de atingir o objetivo deste trabalho, de analisar como a temática da privatização da educação e suas relações com a qualidade do ensino vem sendo abordada pelas pesquisas mais recentes, foi realizado um levantamento de artigos científicos publicados on-line no período de 2010 a 2022, no Brasil. Os dados obtidos foram selecionados através do Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores: “privatização”, “educação” e “qualidade”, onde foram selecionados vinte e seis artigos, inicialmente, que continham os descritores em seus respectivos resumos e/ou palavras-chave. A partir da leitura dos resumos, foi observada a relevância dos artigos para a pesquisa e, sendo descartados aqueles cujo tema não conversava com o objetivo deste trabalho, totalizando-se, assim, vinte e um artigos para leitura completa e análise, que estão elencados no quadro e no gráfico abaixo:

Quadro 1 - Relação título, autor e ano de publicação dos artigos

Título	Autor	Ano
Projeto qualidade no ensino público do Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da qualidade total no ensino	Alexandre Shigunov Neto; Lizete Shizue Bomura Maciel	2010
O horizonte perdido: assombros e falácias neoliberais no debate em torno da educação básica brasileira	Wellington Fontes Menezes	2011
A reforma do estado e modernização da gestão da educação básica no ceará (1995-2006)	J. F. P. Ramos; L. M. Lira; B. I. .B. Soares	2012
O regime de colaboração e o ensino médio: uma análise de contexto*	Maria Ciavatta	2013
Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira?	T. M. F. Adrião; T. O. G. Garcia	2015
A qualidade do ensino público e a privatização via Programa Mais Educação	Elisangela Maria Pereira Schimonek	2015

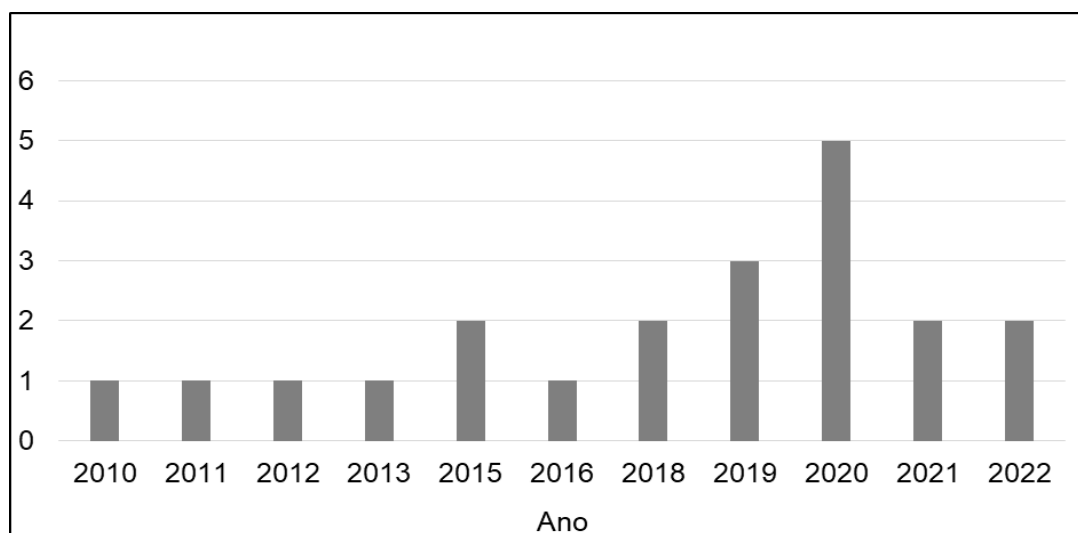
Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras	Raquel Fontes Borghil; Regiane Helena Bertagna	2016
Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: desafios à consolidação do direito no contexto emergente da nova filantropia	Maria Luiza Flores; Vera Maria Vidal Peroni	2018
Políticas governamentais para a educação básica na Paraíba: a privatização como estratégia de hegemonia	Antônio Lisboa Leitão de Souza	2018
Mecanismos de privatização na/da educação brasileira: a escola pública, gratuita e laica em risco	Ana Lúcia Santos Souza; Daisi Teresinha Chapani	2019
Privatização das creches em São Paulo e seus efeitos sobre a qualidade da oferta	D. S. Franco; C. A. Domiciano; T. Adrião	2019
Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um Projeto Educacional Classista	Joana Valente Santana; Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira	2019
Políticas de privatização na educação pública e a atuação de grupos educacionais privados	Thaís Godoi de Souza; Jani Alves da Silva Moreira	2020
O empresariado social na construção de uma agenda de ações de qualidade para a educação infantil brasileira	Camila Maria Bortot; Elisângela Alves da Silva Scaf	2020
Escolas charter, contratos de gestão e avaliação: ideb como cláusula contratual	Henrique Dias Gomes de Nazareth	2020
Política de conveniamento da educação infantil: a privatização é a alternativa para suprir a demanda com qualidade?	Fernando Jose Ribeiro dos Santos; Patrícia Tanganelli Lara	2020
O direito à qualidade da/na educação infantil: entre a maximização do direito e as intencionalidades do privado	Camila Maria Bortot; Elisângela Alves da Silva Scaf	2020
Avaliações em larga escala: segmentação e privatização da educação escolar	Joelma Lucia Vieira Pires	2021

Estratégias de Privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências	B. Correa; J. M. R. Pinto; T. O. G. Garcia	2021
Expansão de vagas na educação infantil com conveniamento na região de Guaianases, São Paulo: uma política carente e permanente	Maria Aparecida Antero Correia	2022
A oferta da educação infantil no setor privado: direito ou negócio	Denise Madeira de Castro e Silva	2022

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos.

A partir do recorte temporal entre 2010 e 2022, percebeu-se que houveram diferentes números de publicações a cada ano, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Relação de periódicos publicados por ano no período entre 2010 e 2022.



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos.

Os dados do gráfico revelam que o ano de 2020 foi o que mais apresentou publicações, totalizando cinco das vinte e uma elencadas. É possível observar que as publicações anuais sobre o tema da pesquisa são bem escassas, ainda que existam pesquisas na área da privatização, demonstra uma necessidade de mais pesquisas sobre a privatização e a relação com a qualidade da educação.

O levantamento bibliográfico constatou que dezenove periódicos disponíveis on-line publicaram artigos sobre a temática no período selecionado, sendo que, apenas dois deles, a *Revista Educação: Teoria e Prática* e a *Revista Online de Política e Gestão Educacional* publicaram mais de um artigo cada uma. Os outros periódicos encontrados publicaram apenas um artigo sobre a temática dentro do período elencado, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Relação entre os periódicos e a quantidade de artigos

Periódico	Artigos
Práxis Educacional	1
FAEEBA	1
Educere Et Educare	1
Olhar de Professor	1
Com a Palavra o Professor	1
Revista de Financiamento da Educação	1
Educação e Políticas em Debate	1
Educação: Teoria e Prática	2
Espaço Acadêmico	1
Teoria e Prática da Educação	1
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences	1
Educação & Sociedade	1
Educação e Pesquisa	1
Revista on line de Política e Gestão Educacional	2
Roteiro	1
ECCOS	1
Textos & Contextos	1
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (on-line)	1
Holos	1
Total	21

Fonte: elaborada pela autora de acordo com os dados obtidos.

Além do recorte temporal, foram analisados, também, as etapas da educação presentes nos artigos, aqueles em que a etapa da educação não estava definida, foram representados com um traço, organizadas conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 2 - Etapa da educação a que se referem os artigos

Artigo	Etapa da Educação
Políticas de privatização na educação pública e a atuação de grupos educacionais privados	Educação básica
Avaliações em larga escala: segmentação e privatização da educação escolar	Educação básica
O empresariado social na construção de uma agenda de ações de qualidade para a educação infantil brasileira	Educação Infantil
Escolas charter, contratos de gestão e avaliação: ideb como cláusula contratual	Educação básica
Mecanismos de privatização na/da educação brasileira: a escola pública, gratuita e laica em risco	Educação Básica
Estratégias de Privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências	Educação Infantil
Expansão de vagas na educação infantil com conveniamento na região de Guaianases, São Paulo: uma política carente e permanente	Educação Infantil
Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira?	Educação Básica
O horizonte perdido: assombros e falácias neoliberais no debate em torno da educação básica brasileira	Educação Básica
Privatização das creches em são paulo e seus efeitos sobre a qualidade da oferta	Educação Infantil

Projeto qualidade no ensino público do Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da qualidade total no ensino	Educação Básica
O regime de colaboração e o ensino médio: uma análise de contexto*	Ensino Médio
A oferta da educação infantil no setor privado: direito ou negócio	Educação Infantil
Política de conveniamento da educação infantil: a privatização é a alternativa para suprir a demanda com qualidade?	Educação Infantil
Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: desafios à consolidação do direito no contexto emergente da nova filantropia	Educação Infantil
Políticas governamentais para a educação básica na Paraíba: a privatização como estratégia de hegemonia	Educação Básica
A qualidade do ensino público e a privatização via Programa Mais Educação	Educação Básica
O direito à qualidade da/na educação infantil: entre a maximização do direito e as intencionalidades do privado	Educação Infantil
Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um Projeto Educacional Classista	-
Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras	Educação Infantil
A reforma do estado e modernização da gestão da educação básica no Ceará (1995-2006)	Educação Básica

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados obtidos.

É possível inferir pela análise da tabela que a etapa da educação infantil dentre todas na educação básica é a mais abordada pelas pesquisas quando se fala em privatização e qualidade, que são o foco deste trabalho. Dos 21 artigos selecionados, 9 abordavam a etapa da educação infantil, apenas um abordava a etapa do ensino médio e os outros 11 abordavam a educação básica em geral.

A qualificação dos periódicos realizada pela CAPES, chamada de Qualis, avalia as produções de artigos científicos dos programas de pós-graduação no país, publicando uma lista com classificações, atualizadas conforme o quadriênio de avaliação dos programas. Na classificação 2017-2020, os veículos poderão ser classificados nos seguintes estratos: A1, mais elevado; A2; A3; A4; B1; B2; B3; B4; C – peso zero. Sendo assim, a tabela a seguir apresenta as classificações Qualis dos periódicos selecionados para esta pesquisa:

Tabela 3 - Classificação QUALIS dos Periódicos (2017-2020)

Periódico	Avaliação
R. Práxis Educacional	A2
Rev. FAEEBA	A2
Revista Educere Et Educare	A4
Olhar de Professor	B1
Com a Palavra o Professor	-
Revista de Financiamento da Educação	A3
Revista Educação e Políticas em Debate	-
Educação: Teoria e Prática	A2
Revista Espaço Acadêmico	B3
Teoria e Prática da Educação	A4
<i>Acta Scientiarum. Human and Social Sciences</i>	A2
Educação & Sociedade	A1
Educação e Pesquisa	A1
Revista on line de Política e Gestão Educacional	-
Roteiro	A2
ECOOS	A3
Textos & Contextos	A1
Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos (on-line)	A1
Holos	A1

Fonte: elaborada pela autora com base na lista de classificação da CAPES.

As tabelas a seguir apresentam os dados referentes ao local de publicação dos artigos e ao local de realização das pesquisas, respectivamente:

Tabela 4 - Local de Publicação do Artigos

Artigo	Local
Políticas de privatização na educação pública e a atuação de grupos educacionais privados	Vitória da Conquista/BA
Avaliações em larga escala: segmentação e privatização da educação escolar	Salvador/BA
O empresariado social na construção de uma agenda de ações de qualidade para a educação infantil brasileira	-
Escolas Charter, contratos de gestão e avaliação: IDEB como cláusula contratual	Ponta Grossa/PR
Mecanismos de privatização na/da educação brasileira: a escola pública, gratuita e laica em risco	Vitória da Conquista/BA
Estratégias de Privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências	-
Expansão de vagas na educação infantil com conveniamento na região de Guaianases, São Paulo: uma política carente e permanente	-
Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira?	Rio Claro/SP
O horizonte perdido: assombros e falácias neoliberais no debate em torno da educação básica brasileira	-
Privatização das creches em São Paulo e seus efeitos sobre a qualidade da oferta	-
Projeto qualidade no ensino público do Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da qualidade total no ensino	Maringá/PR
O regime de colaboração e o Ensino Médio: uma análise de contexto*	Campinas/SP
A oferta da educação infantil no setor privado: direito ou negócio	São Paulo/SP
Política de conveniamento da educação infantil: a privatização é a alternativa para suprir a demanda com qualidade?	Araraquara/SP
Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: desafios à consolidação do direito no contexto emergente da nova filantropia	Joaçaba/SC

Políticas governamentais para a educação básica na Paraíba: a privatização como estratégia de hegemonia	Araraquara/SP
A qualidade do ensino público e a privatização via Programa Mais Educação	Rio Claro/SP
O direito à qualidade da/na educação infantil: entre a maximização do direito e as intencionalidades do privado	São Paulo/SP
Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um Projeto Educacional Classista	Porto Alegre/RS
Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras	Brasília/DF
A reforma do estado e modernização da gestão da educação básica no Ceará (1995-2006)	-

Fonte: elaborada pela autora de acordo com os dados obtidos.

A partir da análise dos dados da tabela pode-se concluir que o estado brasileiro mais representado é o de São Paulo, totalizando sete artigos, seguido pelo estado da Bahia, que apresentou três pesquisas. Aqueles representados com um traço não especificaram o local.

Na tabela seguinte, pode-se perceber novamente que o estado de São Paulo lidera o local de realização das pesquisas, com cinco artigos. Percebe-se que o estado é o foco das pesquisas quando se trata de privatização e qualidade da educação.

Tabela 5 - Local de Realização da Pesquisa

Artigo	Local de Realização
Políticas de privatização na educação pública e a atuação de grupos educacionais privados	-
Avaliações em larga escala: segmentação e privatização da educação escolar	-
O empresariado social na construção de uma agenda de ações de qualidade para a educação infantil brasileira	-
Escolas Charter, contratos de gestão e avaliação: IDEB como cláusula contratual	Goiás
Mecanismos de privatização na/da educação brasileira: a escola pública, gratuita e laica em risco	-
Estratégias de Privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências	Ribeirão Preto - SP
Expansão de vagas na educação infantil com conveniamento na região de Guaianases, São Paulo: uma política carente e permanente	Guaianases - SP
Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira?	São Paulo
O horizonte perdido: assombros e falácias neoliberais no debate em torno da educação básica brasileira	-
Privatização das creches em São Paulo e seus efeitos sobre a qualidade da oferta	São Paulo - SP
Projeto qualidade no ensino público do Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da qualidade total no ensino	Paraná
O regime de colaboração e o Ensino Médio: uma análise de contexto*	-
A oferta da educação infantil no setor privado: direito ou negócio	Caxias do Sul - RS
Política de conveniamento da educação infantil: a privatização é a alternativa para suprir a demanda com qualidade?	São Paulo e Campinas - SP

Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: desafios à consolidação do direito no contexto emergente da nova filantropia	-
Políticas governamentais para a educação básica na Paraíba: a privatização como estratégia de hegemonia	Paraíba
A qualidade do ensino público e a privatização via Programa Mais Educação	-
O direito à qualidade da/na educação infantil: entre a maximização do direito e as intencionalidades do privado	-
Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um Projeto Educacional Classista	-
Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras	-
A reforma do estado e modernização da gestão da educação básica no Ceará (1995-2006)	Ceará

fonte: elaborada pela autora de acordo com os dados obtidos.

Por fim, foi elaborada uma tabela com as temáticas presentes nos artigos, divididas em dois subtemas, após a leitura e análise: a concepção de qualidade gerencial/neoliberal (1) e a temática das implicações da privatização para a qualidade (2):

Tabela 6 - Temáticas presentes nos artigos

Título	Temática
Políticas de privatização na educação pública e a atuação de grupos educacionais privados	1
Avaliações em larga escala: segmentação e privatização da educação escolar	2
O empresariado social na construção de uma agenda de ações de qualidade para a educação infantil brasileira	2
Escolas charter, contratos de gestão e avaliação: ideb como cláusula contratual	1
Mecanismos de privatização na/da educação brasileira: a escola pública, gratuita e laica em risco	1
Estratégias de Privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências	2
Expansão de vagas na educação infantil com conveniamento na região de Guaianases, São Paulo: uma política carente e permanente	2
Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira?	1
O horizonte perdido: assombros e falácias neoliberais no debate em torno da educação básica brasileira	1
Privatização das creches em são paulo e seus efeitos sobre a qualidade da oferta	2
Projeto qualidade no ensino público do Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da qualidade total no ensino	2
O regime de colaboração e o ensino médio: uma análise de contexto*	1

A oferta da educação infantil no setor privado: direito ou negócio	2
Política de conveniamento da educação infantil: a privatização é a alternativa para suprir a demanda com qualidade?	2
Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: desafios à consolidação do direito no contexto emergente da nova filantropia	2
Políticas governamentais para a educação básica na Paraíba: a privatização como estratégia de hegemonia	2
A qualidade do ensino público e a privatização via Programa Mais Educação	1
O direito à qualidade da/na educação infantil: entre a maximização do direito e as intencionalidades do privado	1
Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um Projeto Educacional Classista	1
Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras	2
A reforma do estado e modernização da gestão da educação básica no Ceará (1995-2006)	1

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados obtidos.

3. RESULTADOS DAS ANÁLISES

A partir da leitura dos artigos, foram identificadas duas grandes temáticas: a concepção de qualidade gerencial/neoliberal (3.1); e a temática das implicações da privatização para a qualidade (3.2), que serão analisadas nos subcapítulos a seguir.

3.1 A concepção de qualidade gerencial neoliberal

A questão da qualidade do ensino começa a ser debatida com mais afinco no Brasil a partir do final da década de 1980, com o fim da Ditadura Militar e reabertura democrática, sob a ótica do ideal político neoliberal, que ganha espaço ao enfatizar a diminuição da máquina pública, a livre concorrência e a pouca interferência do Estado na economia, de forma a solucionar a crise do sistema capitalista (Neto; Maciel, 2010). Flores e Peroni (2018) apontam que a educação no contexto neoliberal perde seu sentido de direito adquirido e de responsabilidade exclusiva do Estado para tornar-se mercadoria e alvo de disputas de mercado.

Nesse período, também, intensificou-se o processo de privatização, redefinindo as relações público-privadas e a qualidade da educação passou a ser entendida a partir da gestão da qualidade total, em uma perspectiva gerencialista neoliberal que busca a eficiência e produtividade acima de qualquer outro aspecto (Bortot, Scaf, 2020).

Diversos grupos passaram a participar das discussões sobre qualidade da educação em vista de defender os seus interesses, especialmente os grupos de empresas do ramo educacional privado, como foi o caso do XXII CONEPE - Conselho Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino - de 1989 que teve como tema principal a qualidade do ensino brasileiro e qual a participação das instituições privadas para a sua melhoria. (Scarfoni; Araújo, 2020, p.890).

A qualidade defendida pelos representantes do ensino privado no XXII CONEPE é pautada no modelo empresarial gerencialista, característico de uma ideologia neoliberal de afastamento do Estado de suas funções:

Com isso, esses intelectuais da educação debatiam, conforme os seus interesses e em benefício próprio, os de sua classe, buscando, não apenas participar do processo educacional, mas atuar intensamente nos rumos da educação nacional. (Scarfoni; Araújo, 2020, p. 900).

A educação no atual sistema capitalista neoliberal torna-se, então, de acordo com Pires (2021), um mecanismo para manter as relações sociais pré-estabelecidas e suas desigualdades, onde pequenos grupos mais privilegiados visam somente o lucro, a partir da exploração dos grupos mais vulneráveis. O controle da qualidade, nesses moldes, serve para, além de obter resultados, omitir dos trabalhadores acesso ao conhecimento científico que os permitiria superar sua condição, moldando-os para continuarem sendo trabalhadores obedientes e servís, alcançando mais rendimento com baixo investimento. Além disso, o controle do trabalho do professor também serve como ferramenta neste processo, uma vez que seu trabalho se torna mecanizado, padronizado e pautado nos testes a serem realizados pelos alunos.

Os gestores capitalistas pretendem que o trabalhador tenha capacidade de produção de valor econômico na realização do seu trabalho. A educação escolar é considerada de qualidade se ela potencializa a capacidade de trabalho e de produção. Portanto, para os gestores capitalistas a educação escolar é uma forma de capital humano. Isso significa que os investimentos em educação escolar devem ser determinados pelos critérios de investimento capitalista, o que interessa é a elevação do rendimento da educação com o mínimo gasto. Como capital humano, o trabalhador deve ter engajamento máximo na empresa. A concepção de qualidade da educação escolar dos gestores capitalistas é a que possibilita aos estudantes da classe trabalhadora uma formação com valor comercial imediato, para a sua empregabilidade em condição precária de trabalho e que impede o questionamento da desigualdade social e da dominação capitalista. Para isso, os capitalistas consideram que professores com baixos padrões de formação são suficientes. (Pires, 2021, p. 351).

A educação passa a ser transformada em mercadoria e a tendência privatizante afeta cada vez mais a sua qualidade, reafirmando desigualdades sociais que poderiam ser superadas através de uma educação que fosse emancipadora e libertadora.

Para efetivar mais ainda esta forma de controle e perpetuação de desigualdades, o sistema de avaliação educacional brasileiro passa a se alinhar a estes ideais neoliberais e contribuir para que a qualidade seja avaliada através do resultado final, ignorando todo o processo educativo de construção de conhecimento.

Tais avaliações são constituídas por testes padronizados de verificação do desempenho dos estudantes das instituições públicas, as quais são questionadas quanto à eficiência de seus profissionais e à formação dos seus estudantes. O objetivo é que as instituições públicas funcionem de acordo com formas punitivas e de responsabilização inerentes ao setor privado. Elas devem reduzir os custos da formação dos estudantes. A tendência é de que sejam segmentadas e recebam financiamento público de acordo com a sua avaliação, além de existir a possibilidade de serem privatizadas. (PIRES, 2021, p. 348).

Alguns estudos dos GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional), mencionados por Adrião e Garcia (2015) apontam que empresas privadas do ramo educacional usam os resultados dessas provas para propagandear seus produtos às redes públicas, com promessas de aumentar os indicadores e melhorar resultados. Algumas prefeituras têm adotado sistemas de ensino privados em suas redes a partir de parcerias com empresas privadas, como no caso da Prefeitura de Piracicaba que, no ano de 2023, institui um material apostilado em suas escolas de educação infantil e ensino fundamental anos iniciais. Esse material conta com o suporte de um sistema informatizado de acesso aos docentes com materiais prontos, como questões de avaliações, além de testes periódicos com os alunos nas escolas para aferir seu nível de conhecimento.

Na tentativa de alcançar uma melhoria na qualidade do ensino para os alunos da escola pública, o governo federal instituiu o Programa Mais Educação, que, na teoria, ofereceria ensino em tempo integral para as crianças de regiões mais carentes. Mas, segundo relata Schimonek (2015), acabou sendo deixada nas mãos do mercado privado.

Guiada por diretrizes mercadológicas e gerenciais, a atual política do MEC de ampliação da jornada escolar (Programa Mais Educação) visa à racionalização dos gastos, à transferência de responsabilidades e à obtenção de melhores resultados. A atuação e a responsabilidade do Estado, no que tange à oferta de uma educação de qualidade, são minimizadas pelo incentivo à participação da sociedade civil por meio do trabalho voluntário e de parcerias público-privadas. (2015, p. 514)

3.2 As implicações da privatização para a qualidade das escolas públicas

Franco, Domiciano e Adrião (2019), apontaram em sua pesquisa que a privatização das creches na cidade de São Paulo, através do sistema de conveniamento com instituições privadas, não proporciona atendimento educacional de qualidade às crianças e nem condições de trabalho dignas aos professores. Avaliando diversas dimensões da qualidade, buscando-se garantir condições mínimas, a pesquisa baseou-se na noção de qualidade elencada pelo CAQi - Custo Aluno Qualidade Inicial - que engloba quatro tipos de insumos mínimos: estrutura e

funcionamento, trabalhadores da educação, gestão democrática e acesso e permanência.

Os autores apontaram que “ao se comparar a educação infantil de zero a três anos em São Paulo, encontram-se discrepâncias na qualidade ofertada entre os CEIs da rede direta e as creches conveniadas.” (Franco; Domiciano; Adrião, 2019, p. 88). Em todos os quatro insumos mínimos elencados pelo CAQi, foi observado que as creches conveniadas apresentam qualidade bem inferior à das redes diretas da Prefeitura, sendo as mais discrepantes nas condições de trabalho dos profissionais.

Com base nos dados até aqui apresentados, observa-se que os insumos previstos no CAQi, são mais facilmente encontrados, garantidos e respeitados na rede direta, do que na conveniada, explicitando assim, a pouca preocupação do segmento privado com um “padrão mínimo de qualidade” garantido constitucionalmente. (Franco; Domiciano; Adrião, 2019, p. 90).

Silva (2022), em seu artigo, apontou que no município observado no estudo, onde 100% das instituições de educação infantil são geridas por instituições privadas, a qualidade anunciada não é a que é observada nas escolas. Na busca por aumentar a oferta de vagas da educação infantil, o município, através da solução mais rápida e barata, aliou-se ao mercado privado, seja por meio da compra de vagas, da judicialização ou das creches conveniadas, oferecendo um ensino pobre em qualidade à população, cerceando o direito das crianças garantido por lei, de uma escola pública e de qualidade.

A solução encontrada pelo município (a compra de vagas no setor privado) pode trazer um remédio amargo às crianças, retirando aquilo que é direito delas: vivenciar suas infâncias em um ambiente educativo e de cuidado, saudável em todos aspectos de sua vida, com atendimento educacional adequado a sua faixa etária. (Silva, 2022, p. 11).

Bortot e Scaf (2020) assinalaram em seu artigo, também abordando a etapa da educação infantil, que o Brasil conta com 69,7 mil creches, sendo que 74,8% delas estão localizadas em áreas urbanas. A maioria dessas creches (59,4%) é de responsabilidade municipal, enquanto 40,4% são instituições privadas. Dentre as creches privadas, 25% operam em regime de convênio com estados e/ou municípios. As autoras verificaram que essas parcerias público-privadas trazem riscos para a qualidade da educação oferecida aos alunos.

Fica evidenciado que, mesmo a legislação exigindo padrões mínimos de qualidade, como no parecer nº 08/2010 do CNE que reconheceu a importância fundamental dos professores na melhoria da qualidade da educação e enfatizou a necessidade de uma formação sólida e contínua para esses profissionais, e no PNE, lei que estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento da educação no Brasil ao longo de um período de 10 anos, buscando assegurar o acesso, a permanência e a qualidade da educação em todos os níveis, através do CAQ e o CAQi, os processos de privatização pela qual a educação básica é submetida, sendo eles endógenos ou exógenos, especialmente a educação infantil, foco da pesquisa de Bortot e Scaf (2020), acarreta em prejuízos à qualidade da educação para as crianças. A preocupação dos grupos privados, de acordo com os autores, se pauta mais nos “ [...] enunciados de implementação das parcerias público-privadas para a oferta das políticas sociais focalizadas e precarizadas, pautadas na produção de capital humano com medidas de baixo custo [...]” (Bortot; Scaf, 2020).

Correa, Pinto e Garcia (2021) destacam em seu artigo questões relacionadas às condições de trabalho das professoras e professores na educação infantil na cidade de Ribeirão Preto, especialmente nas etapas de 0 a 3 anos e 4 a 5 anos, em atendimento de meio período. Os autores apontaram que o modelo de contratação pode levar a jornadas de trabalho extenuantes, resultando em rebaixamento da qualidade do trabalho com as crianças, além da ausência de previsão de carga horária para formação continuada, planos de carreira e salários inferiores aos da rede pública municipal contribuem para acentuar desigualdades sociais.

Na cidade apontada no estudo, a possibilidade de transferência de recursos públicos para instituições com fins lucrativos, especialmente aquelas que oferecem sistemas privados de ensino, pode acontecer devido à ausência de restrições nos editais e comunicados. Essa transferência de gestão para entes privados pode levar ao uso de recursos públicos para fins lucrativos, o que se torna uma preocupação considerando o crescente mercado de pré-escolas na educação básica, acarretando nos problemas acima citados e interferindo diretamente na qualidade da educação nas instituições de educação infantil. (Correa; Pinto; Garcia, 2021).

O conveniamento tem sido a principal opção para ampliar a oferta de vagas nas creches, como foi observado em diversos dos artigos selecionados para esta pesquisa (Silva, 2022; Santos e Lara, 2020, Correia, 2022; Correa, Pinto e Garcia,

2021; Flores e Peroni, 2018), e tem se mantido como uma política permanente de diversas gestões, especialmente as de administração municipal, responsável pela oferta da educação infantil no país. Contudo, o texto de Correia (2022) revela diferenças significativas entre as creches conveniadas e as diretas na cidade de São Paulo, região de Guaianases, em relação à qualidade e às condições de trabalho dos profissionais. A rede conveniada tem um custo menor, mas apresenta uma série de desafios na garantia de padrões mínimos de qualidade, como estrutura física inadequada e recursos materiais insuficientes. Além disso, os profissionais que atuam nas creches conveniadas enfrentam jornadas de trabalho mais extensas e recebem salários inferiores em comparação com os da rede direta. Essa disparidade pode levar a altos níveis de rotatividade e desmotivação dos profissionais, o que impacta negativamente na qualidade da educação oferecida às crianças. A autora apontou o relatório do TCMSP como suporte para elencar as discrepâncias:

- 1) Os procedimentos para inclusão de crianças com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação são menos burocráticos na rede direta, e somente as unidades da rede direta dispõem de Auxiliar de Vida Escolar (AVE);
- 2) Na rede conveniada foi verificado maior número de registro de necessidades de adequação aos padrões de qualidade da Educação Infantil nos CEIs do que nas unidades da rede direta. As maiores diferenças são em relação à organização do espaço físico e aos recursos materiais e mobiliários;
- 3) O tempo em sala de aula dos professores da rede conveniada é maior: 40 horas semanais, enquanto na rede direta é de 25 com 5 para formação. Os salários de quase 50% dos diretores dos CEIs diretos são superiores a dez salários-mínimos. Já na rede conveniada, mais de 85% não ultrapassam cinco salários mínimos. Entre os professores, 70,9% dos docentes dos CEIs diretos recebem entre três e cinco salários-mínimos. No conveniado, 99,2% dos professores recebem entre um e três salários-mínimos;
- 4) Quase 58% dos CEIs conveniados não dispõem de qualquer ambiente interno para recreação, e 30,8% não possuem áreas externas descobertas. (Correia, 2022, p. 982).

Santos e Lara (2020) verificaram que este tipo de política se torna permanente em dois grandes municípios paulistas analisados, Campinas e São Paulo, e apontam uma baixa qualidade no atendimento dessas creches conveniadas, que cumprem nada mais do que seu papel assistencialista, buscando apenas maior número de vagas, não oferecendo infraestrutura adequada, falta de acessibilidade, falta de contato das crianças com a natureza e formação inadequada dos profissionais.

Flores e Peroni (2018) também dissertam sobre o conveniamento na educação infantil, ao analisarem os dados do Tribunal de Contas do município de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul:

É possível afirmar que as políticas de conveniamento, apesar de serem realizadas com recursos públicos, ao mesmo tempo, se efetivam de uma forma em que a responsabilização do poder público estadual ou municipal em relação ao conteúdo e qualidade da ação apresenta-se frágil, posto que a gestão da mesma coloca-se como de responsabilidade das instituições que desenvolvem as ações, sendo, portanto, em última instância, privatizada. (Flores; Peroni, 2018, p. 145).

As autoras verificaram que o investimento nas escolas conveniadas é 35% menor do que na rede direta, e as diferenças na qualidade foram observadas na estrutura física, na nutrição, na qualidade e quantidade dos materiais.

Souza e Moreira (2020) apontaram em seu artigo que as empresas do ramo educacional buscam outras formas de investir seu capital na educação pública, ainda que não diretamente, a partir das parcerias com as administrações municipais para a compra de materiais didáticos, por exemplo, colocando em risco os direitos humanos educacionais. Para vender esses pacotes educacionais, as empresas enfatizam a melhoria na qualidade do ensino, complementemente atrelada à melhoria dos índices de avaliações em larga escala como o IDEB, mas que trazem diversos prejuízos:

a compra de produtos pelo sistema público desfavorece a autonomia das instituições de ensino na elaboração de seu trabalho pedagógico, enfraquece o debate sobre planejamento, homogeneiza os conteúdos e currículos escolares e induz ao conformismo generalizado de docentes, discentes e funcionários de forma a subordinar às exigências da ordem estabelecida. (Souza; Moreira, 2020, p. 445).

Conforme já apontado no capítulo anterior, Schimonek (2015), analisando a proposta do Programa Mais Educação do MEC, verificou que a educação integral nos moldes propostos não se consolidou, uma vez que não houve investimento nas escolas e nem em profissionais para atuação com os alunos, deixando que instituições externas à escola intervissem.

O Programa Mais Educação não constitui uma proposta de educação integral de qualidade para todos; é uma política focalizada que se apoia numa perspectiva humanitária para justificar uma educação acolhedora para pobres. Nos limites desse trabalho, não é possível afirmarmos os impactos do Programa na diminuição das desigualdades educacionais e sua contribuição para a melhoria da educação pública. No entanto, ao não prever espaço físico adequado, recursos financeiros suficientes e a articulação das atividades complementares com o projeto pedagógico das escolas, e, ainda, ao delegar a educação em tempo integral ao voluntariado e a parcerias público-privadas, temos a hipótese de que as consequências do programa quanto aos referidos aspectos serão mínimas, o que demandará uma investigação mais aprofundada da política de educação em tempo integral. (Schimonek 2015, p. 514).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço do neoliberalismo no Brasil nos últimos anos, os processos de privatização no país se intensificaram, sejam eles aqueles que envolvem importação de ideias métodos ou práticas do setor privado, ou aqueles em que há a abertura dos serviços públicos ao setor privado. A privatização é um instrumento político, utilizado pelos governos como forma de se eximir da responsabilidade perante à sociedade e que impacta diretamente no acesso aos direitos básicos públicos e de qualidade pela população, como a educação. (Ball; Yodell, 2007).

A lógica mercantil que se instala nas escolas favorece um ensino pobre em reflexões críticas e busca apenas manter as relações sociais pré-estabelecidas, uma vez que o mercado não se preocupa com o desenvolvimento humano das crianças, mas sim com os resultados quantificados em avaliações externas. Santana e Ferreira (2019, p. 40) afirmam: “A crise atual do capital agrava sobremaneira a reprodução social da classe trabalhadora, submetida a uma lógica produtiva onde a busca incessante de lucros é o imperativo máximo e não o efetivo desenvolvimento humano”. As pesquisas realizadas neste trabalho apontaram que o avanço da privatização tem impactado na qualidade do ensino público brasileiro, uma vez que os serviços prestados pelo setor privado são bem menos fiscalizados pelas autoridades competentes e, como citado anteriormente, a busca por resultados prevalece em detrimento ao ensino de qualidade.

É importante salientar que esses processos de privatização ocorrem, em muitos casos, de forma indireta, através da compra de sistemas de ensino ou vouchers. O Poder Público propaga que a melhoria da qualidade é a justificativa para essas parcerias, mas a realidade percebida através dos artigos levantados é que muitos municípios têm se conveniado com empresas privadas, pois é a alternativa mais rápida e barata de suprir a falta de vagas, especialmente na Educação Infantil.

Sendo assim, a privatização acaba por suprimir um direito público subjetivo garantido a todos os cidadãos pela Constituição Federal: o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. O acesso aos conhecimentos históricos, científicos e culturais fica restrito aos poucos que chegam ao ensino superior; à grande maioria resta o mercado de trabalho que oferece vagas com baixa remuneração, alta competitividade e condições insalubres.

Faz-se necessário lutar por uma educação libertadora, que propicie aos alunos capacidade de lutar pelos seus direitos, de participar democraticamente e buscar uma sociedade menos desigual e menos excludente.

Isso porque a educação é uma das mediações do vínculo de homens e mulheres ao gênero humano, à construção da liberdade humana, lugar de apreensão crítica da existência da alienação, configurando-se como um campo de possibilidades do desenvolvimento das objetivações humanas. (Santana; Ferreira, 2019, p. 37).

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa Maria Freitas; GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira?. **Educação: Teoria e Prática**, [S.L.], v. 25, n. 50, p. 432, 22 dez. 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/10286/7325>. Acesso em: 06 ago. 2023.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- BALL, S.; YODELL, D. Privatización encubierta en la educación pública. **Internacional de la Educación**. Bruselas, 2007. Disponível em: https://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_de_la_educacion_publica.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BORGHI, R. F. Que educação é pública? A privatização de um direito. **EccoS**, São Paulo, n. 46, p. 19-32, maio/ago. 2018. Disponível em: doi: 10.5585/EccoS.n46.7832. Acesso em: 30 ago. 2023
- BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena. Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras. **Rev. bras. Estud. pedagog. (on-line)**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 506-518, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dtBWdK6kCkRPRMkhngVWDBh/?lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2023.
- BORTOT, Camila Maria; SCAFF, Elisângela Alves da Silva. O direito à qualidade da/na Educação Infantil: entre a maximização do direito e as intencionalidades do privado. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 52, p.1-18, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n52.13269>. Acesso em: 08 set. 2023.
- BORTOT, Camila Maria; SCAFF, Elisângela Alves da Silva. O empresariado social na construção de uma agenda de ações de qualidade para a educação infantil brasileira. **Educere Et Educare**, [S.L.], v. 15, n. 37, 15 fev. 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/23967/17026>. Acesso em: 16 jul. 2023.
- CIAVATTA, Maria. O regime de colaboração e o ensino médio: uma análise de contexto. **Educ. Soc.**, Campinas, , v. 34, n. 124, p. 961-978, jul/set. 2013. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 08 set. 2023.
- CORREA, Bianca; PINTO, José Marcelino de Rezende; GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. Estratégias de Privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, [S.L.], v. 11, n. 27, p. 1-19, 14 out. 2021. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/114040/64900>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CORREIA, Maria Aparecida Antero. Expansão de vagas na educação infantil com conveniamento na região de Guaianases, São Paulo: uma política carente e permanente. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 979-998, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/65155/34262>. Acesso em: 06 ago. 2023.

FLORES, Maria Luiza; PERONI, Vera Maria Vidal. Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: desafios à consolidação do direito no contexto emergente da nova filantropia. **Roteiro**, [S.L.], v. 43, n. 1, p. 133-154, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/13096/pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

FRANCO, Dalva de Souza; DOMICIANO, Cassia Alessandra; ADRIÃO, Theresa. Privatização das creches em São Paulo e seus efeitos sobre a qualidade da oferta. **Teoria e Prática da Educação**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 80-96, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/50491/7513751490>. Acesso em: 07 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GENTILI, P.A.A.; SILVA, T.T.(org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 2^a.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GENTILI, P.A.A. (org.) **Pedagogia da exclusão**. 15^a.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINAYO, M. C. S.. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. (org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Cap. 1. p. 9-29.

MENEZES, Wellington Fontes. O horizonte perdido: assombros e falácias neoliberais no debate em torno da educação básica brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, [S.L.], v. 120, p. 120-127, maio 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10561/6991>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NAZARETH, Henrique Dias Gomes de. Escolas charter, contratos de gestão e avaliação: ideb como cláusula contratual. **Olhar de Professor**, [S.L.], v. 23, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15211/20920921368>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2023.

PARO, V. H. A qualidade da escola pública: a importância da gestão escolar. In: OLIVEIRA, M. A .T. [et al.]. **A qualidade da escola pública no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

PIRES, Joelma Lúcia Vieira. Avaliações em larga escala: segmentação e privatização da educação escolar. **Revista da Faeeba - Educação e Contemporaneidade**, [S.L.], v. 30, n. 63, p. 343-361, 30 set. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v30n63/2358-0194-faeeba-30-63-343.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

PINTO, José M. de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.37, nº134, p.133-152, jan.-mar., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00133.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2023.

RAMOS, J. F. P.; LIRA, L. M.; SOARES, B. I. B. A reforma do estado e modernização da gestão da educação básica no ceará (1995-2006). **HOLOS**, [S. I.], v. 2, p. 261–274, 2012. DOI: 10.15628/holos.2012.880. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/880>. Acesso em: 8 set. 2023.

SANTANA, Joana Valente; FERREIRA, Benedito de Jesus Pinheiro. Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um Projeto Educacional Classista. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 31, 29 out. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/31433/18808>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SANTOS, Fernando José Ribeiro dos; LARA, Patrícia Tanganelli. Política de conveniamento da educação infantil: a privatização é a alternativa para suprir a demanda com qualidade?. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 1, p. 100–116, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12868>. Acesso em: 6 ago. 2023.

SCARFONI, Eduardo Norcia; ARAUJO, Gilda Cardoso de. A questão da qualidade de ensino em 1989: o debate dos intelectuais do ensino privado no XXII CONEPE. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 885-902, 1 out. 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8261/67fc322dc5fad1e41b291aa47bbdc134d519.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SCHIMONEK, Elisangela Maria Pereira. A qualidade do ensino público e a privatização via Programa Mais Educação. **Educação: Teoria e Prática**, [S.L.], v. 25, n. 50, p. 490, 22 dez. 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/9057/7330>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. Projeto qualidade no ensino público do Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da qualidade total no ensino. **Acta Scientiarum. Human And Social Sciences**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 55-61, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4228/4228>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SILVA, Denise Madeira de Castro e. A oferta da educação infantil no setor privado: direito ou negócio. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 48, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/K3zYKGwT9RmwnvghW3DZwnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2023.

SOUZA, Ana Lúcia Santos; CHAPANI, Daisi Teresinha. Mecanismos de privatização na/da educação brasileira: a escola pública, gratuita e laica em risco. **Com A Palavra O Professor**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 9, p. 99-123, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://revista.geem.mat.br/index.php/CPP/article/view/391>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de. Políticas governamentais para a educação básica na Paraíba: a privatização como estratégia de hegemonia. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 1340-1354, 1 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12017/7916>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SOUZA, Thais Godoi; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Políticas de privatização na educação pública e a atuação de grupos educacionais privados. **Práxis Educacional**, [S.L.], v. 16, n. 39, p. 421, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4779/4711>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SOUSA, S. Z. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000200008>. Acesso em: 30 ago. 2023.